

SOCIEDADE OPERÁRIA HUMANITÁRIA.

SEÇÃO I

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Senhores Administradores da
Sociedade Operária Humanitária
Limeira – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Entidade Sociedade Operária Humanitária, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade Sociedade Operária Humanitária em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Sem ressaltar nossa opinião quanto ao assunto, a Entidade apresentou superávit líquido de R\$ 72.555,95 (setenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e, naquela data, o seu passivo total excedia seu ativo total em R\$ 22.304.911,89 (vinte e dois milhões, trezentos e quatro mil, novecentos e onze reais e oitenta e nove centavos), que corresponde ao Passivo a Descoberto ou Patrimônio Líquido Negativo. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e à classificação dos valores de

ativos ou quanto aos valores de liquidação e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Entidade Sociedade Operária Humanitária em 31 de dezembro de 2024 foram por nós auditadas, para as quais foi emitido Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 22 de abril de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 02 de abril de 2026.

**JAMIR TOMAZ
OLIVEIRA:720149**

54887

AUDIOESP – AUDITORIA E CONSULTORIA S/S.
CRC n.º 2SP013587/O-8
Ato Declaratório CVM n.º 8292/05
IBRACON Nacional n.º 161
Código CVM n.º 7218

Assinado de forma
digital por JAMIR
TOMAZ

OLIVEIRA:72014954887
JAMIR TOMAZ OLIVEIRA,
CRC n.º 1SP100506/O-8
CNAI n.º 1300

SOCIEDADE OPERÁRIA HUMANITÁRIA

CNPJ n.º 51.469.187/0001-08

BALANÇO PATRIMONIAL

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em Reais)

<u>A T I V O</u>		<u>2025</u>	<u>2024</u>
ATIVO CIRCULANTE		6.529.415,48	5.429.240,37
DISPONÍVEL		964.462,08	241.867,99
Caixas e Equivalentes de Caixa	4	27.248,10	572,27
Aplicações Financeiras	4	937.213,98	241.295,72
REALIZÁVEL		5.564.953,40	5.187.372,38
Contas a Receber	5	5.089.060,79	4.675.136,13
Estoques	6	428.156,12	426.309,67
Tributos a Recuperar	7	44.416,12	44.416,12
Demais Créditos de Curto Prazo	8	3.320,37	41.510,46
ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.176.372,45	9.377.173,80
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		149.942,18	390.470,92
Depósitos Judiciais		106.897,29	106.897,29
Aplicações Financeiras		20.000,00	20.000,00
Demais Créditos Longo Prazo		12.262,12	252.790,86
Investimentos		10.782,77	10.782,77
ATIVO IMOBILIZADO	9	8.026.430,27	8.986.702,88
Imobilizado		22.444.546,45	22.518.283,12
(-) Depreciação Acumulada		(14.418.116,18)	(13.531.580,24)
TOTAL DO ATIVO		14.705.787,93	14.806.414,17

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)




<u>P A S S I V O</u>		<u>2025</u>	<u>2024</u>
PASSIVO CIRCULANTE		21.204.902,93	21.469.923,88
PROVISÕES TÉCNICAS		1.129.935,27	1.074.017,12
Ressarcimento SUS	12	1.129.935,27	1.074.017,12
EXÍGÍVEL A CURTO PRAZO		20.074.967,66	20.395.906,76
Prestadores de Serviços	13	2.502.642,45	2.125.726,54
Obrigações Trabalhistas	11	4.101.926,97	3.336.680,34
Tributos a Pagar	14	5.960.397,88	6.306.723,98
Empréstimos e Financiamentos	15	1.269.644,38	887.396,01
Fornecedores	13	1.614.609,11	991.827,60
Demais Débitos a Pagar	13	4.625.746,87	6.747.552,29
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		15.805.796,89	15.713.958,13
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		15.805.796,89	15.713.958,13
Tributos a Pagar	14	11.243.363,14	11.234.390,74
Provisões para Contingências	16	138.000,00	240.690,44
Empréstimos e Financiamentos	15	2.123.381,34	1.836.450,51
Receitas Diferidas		2.301.052,41	2.402.426,44
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(22.304.911,89)	(22.377.467,84)
Patrimônio Social		661.260,75	661.260,75
Reservas Patrimoniais		245.903,20	245.903,20
Reservas de Reavaliação		2.793.700,51	3.064.558,15
Déficit Acumulado		(26.005.776,35)	(26.349.189,94)
TOTAL DO PASSIVO		14.705.787,93	14.806.414,17

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)




SOCIEDADE OPERÁRIA HUMANITÁRIA
CNPJ n.º 51.469.187/0001-08
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
(+) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES	54.446.488,58	49.062.786,43
SUS	12.295.508,59	10.743.188,89
Receita com Convenios - Credenciados	3.186.819,84	2.814.927,93
Receita com Serviços - Particular e Outros	1.643.322,84	1.411.942,50
Subvenções, Convênios e Auxílios	37.320.837,31	34.092.727,11
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E DOACOES	9.450.059,61	2.972.405,02
Doações (Espécie/Material)	194.763,70	223.754,74
Outras Receitas Operacionais	1.544.487,42	1.972.487,49
Receitas Patrimoniais Líquidas	7.710.808,49	776.162,79
(-) CUSTO DO SERVIÇO HOSPITALAR	(24.938.810,78)	(23.998.371,16)
Honorários Médicos	(18.559.334,62)	(18.343.164,08)
Serviços de Terceiros	(345.289,10)	(304.084,65)
Materiais e Medicamentos	(6.034.187,06)	(5.351.122,43)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(36.463.816,31)	(25.773.236,88)
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	(23.280.053,08)	(20.751.924,87)
Serviços de Terceiros PJ/PF	(1.501.379,16)	(1.501.379,16)
Despesas Gerais	(2.119.270,11)	(1.650.377,82)
Depreciação	(1.214.467,58)	(1.204.724,28)
Contingências Cíveis, Trabalhistas e Demais	(8.348.646,38)	(664.830,75)
(+/-) DESPESAS / RECEITAS FINANCEIRAS	(2.421.365,15)	(3.138.310,49)
Receitas Financeiras	862.570,14	29.075,24
Despesas Financeiras	(3.283.935,29)	(3.167.385,73)
(+/-) BENEFÍCIOS FISCAIS	-	-
Benefícios Fiscais Usufruídos	7.178.985,02	6.462.432,21
Despesas - Benefícios Fiscais Usufruídos	(7.178.985,02)	(6.462.432,21)
(=) SUPERAVIT / DÉFICIT LÍQUIDO	72.555,95	(874.727,08)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)




SOCIEDADE OPERÁRIA HUMANITÁRIA
CNPJ n.º 51.469.187/0001-08

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em Reais)

HISTÓRICO	Patrimônio Social	Reservas Patrimoniais	Reserva de Reavaliação	Déficits Acumulados	TOTAL
SALDO EM 31.12.2023	661.260,75	245.903,20	3.335.415,79	(25.745.320,50)	(21.502.740,76)
Reserva de Reavaliação - Realização			(270.857,64)	270.857,64	-
Déficit Líquido do Exercício				(874.727,08)	(874.727,08)
Ajuste de exercícios anteriores					
SALDO EM 31.12.2024	661.260,75	245.903,20	3.064.558,15	(26.349.189,94)	(22.377.467,84)
Reserva de Reavaliação - Realização			(270.857,64)	270.857,64	-
Déficit Líquido do Exercício				72.555,95	72.555,95
Ajuste de exercícios anteriores					
SALDO EM 31.12.2025	661.260,75	245.903,20	2.793.700,51	(26.005.776,35)	(22.304.911,89)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)




SOCIEDADE OPERÁRIA HUMANITÁRIA
CNPJ n.º 51.469.187/0001-08
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

ATIVIDADES OPERACIONAIS:	2.025	2.024
Resultado Líquido do Período	72.555,95	(874.727,08)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.214.467,58	1.204.724,28
Resultado Líquido do Período Ajustado	1.287.023,53	329.997,20
Aumento/Diminuição em Ativos Operacionais		
Contas a Receber	(413.924,66)	(291.687,48)
Estoques	(1.846,45)	(6.910,91)
Titulos a Receber	-	1.950,00
Adiantamentos	-	(2.055,51)
Demais Créditos Curto Prazo	38.190,09	2.743,10
Depósitos Judiciais	-	(722,50)
Demais Créditos Longo Prazo	240.528,74	104.258,32
Ressarcimento SUS	55.918,15	(233.386,10)
Prestadores de Serviços	376.915,91	(281.555,17)
Obrigações Trabalhistas	765.246,63	363.885,28
Tributos a Pagar	(337.353,70)	899.814,02
Fornecedores	622.781,51	274.798,38
Demais Débitos a Pagar	(2.121.805,42)	904.577,24
Provisões para Contingências	(102.690,44)	(308.131,52)
Receitas Diferidas	(101.374,03)	(862.378,51)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(979.413,67)	565.198,64
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aumento de ativos imobilizados	(633.408,42)	(238.230,47)
Baixa de ativos imobilizados	379.213,45	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(254.194,97)	(238.230,47)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Amortização de empréstimos	669.179,20	(907.628,76)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	669.179,20	(907.628,76)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	722.594,09	(250.663,39)
Caixa e equivalentes no Início do Período	241.867,99	492.531,38
Caixa e equivalentes no Fim do Período	964.462,08	241.867,99
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	722.594,09	(250.663,39)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2025

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a. Reconhecimento de utilidade pública

A **Sociedade Operária Humanitária** é uma entidade civil com fins filantrópicos e assistenciais, fundada em 05 de janeiro de 1936, com sede e domicílio na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, à Rua Antônia Valverde Cruães, nº 70. Reconhecida pela utilidade pública desde o ano de 1970 pelas autoridades federais, estaduais e municipais, e que tem por missão prestar assistência médico-hospitalar, assim como obter e manter meios e modos de assistência e beneficência que, a seu juízo, se enquadram nos fins da Entidade. As atividades abrangem inclusive o atendimento pelo Sistema Único de Saúde nas áreas hospitalar e ambulatorial.

b. Administração

Conforme Estatuto Social, a entidade compõe-se de um número ilimitado de associados, distinguido em 03 (três) categorias, honorários ou beneméritos, contributários e voluntários. A diretoria é constituída por Presidente, Vice-Presidente, primeiro e segundo Secretários, primeiro e segundo Tesoureiros eleitos através de Assembleia Geral para um mandato de três anos.

c. Manutenção financeira

Os Recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais da entidade são provenientes principalmente de:

- Diárias hospitalares e serviços ambulatoriais por atendimento ao SUS;
- Contratos de prestação de serviços;
- Auxílios e subvenções dos poderes públicos;
- Donativos de pessoas físicas e jurídicas; e
- Contribuição dos associados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios e práticas contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e suas alterações; da Resolução do CFC nº 1.305/10, que aprovou a NBC TG 07; da Resolução do CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002; da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021; da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017; da Portaria nº 1.970, de 16 de agosto de 2011; e dos Pronunciamentos Técnicos aplicáveis, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Principais Práticas Contábeis adotadas são:

a. Apuração do Resultado

As receitas, custos, despesas e provisões foram contabilizadas pelo regime de competência.

b. Exigibilidade e Disponibilidade

Os ativos e passivos realizáveis ou exigíveis no curso do exercício social subsequente estão apresentados no circulante e após o término do exercício seguinte no não circulante.

c. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescida dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência.

d. Contas a Receber - Operadora

Os Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde referem-se aos valores nominais a receber de associados, observando o critério de classificação do Plano de Contas.

e. Estoques

Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição, que não supera o valor de mercado, e são compostos por: medicamentos, materiais hospitalares, materiais de escritório, gêneros alimentícios, roupa, materiais de consumo descartáveis, materiais de informática e materiais de limpeza.

f. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e nível de conservação, fixadas por espécie de bens.

g. Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "teste de recuperabilidade"

De acordo com a NBC TG 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração não efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, tendo em vista que considera que durante o exercício atual não havia evidências da existência de ativos corpóreos com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

h. Passivo Circulante

As obrigações e encargos são apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis das correspondentes atualizações.

i. Provisões Técnicas

O ressarcimento SUS está contabilizado para fins de reconhecimento.

j. Provisão de Férias

A provisão para férias e encargos sociais correspondentes foi calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do Balanço.

k. Contribuição ao INSS e Impostos



Conforme legislação vigente, a Sociedade Operária Humanitária é classificada como entidade filantrópica sem fins lucrativos e, portanto, está isenta do pagamento da cota patronal ao INSS. É imune aos tributos federais, conforme o Regulamento do Imposto de Renda (RIR) e demais legislações tributárias.

I. Provisão para Contingências

Determinada com base na classificação elaborada pelos Assessores Jurídicos da Entidade quanto às expectativas dos resultados dos processos ativos.

COMPARATIVO DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE CONTAS ENTRE OS EXERCÍCIOS DE 2025 E 2024**NOTA 4. DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS**

A Entidade mantém os seguintes saldos em caixa e bancos:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa	25.653,89	467,16
Banco Conta Movimento	1.594,21	105,11
Aplicações Financeiras	937.213,98	241.295,72
Total	964.462,08	241.867,99

NOTA 5. CONTAS A RECEBER

As contas a receber representam o faturamento da efetiva prestação de serviços médicos e hospitalares, bem como valor relativo às Contraprestações pecuniárias a receber do Plano de Assistência à Saúde, conforme segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contas a Receber - SUS	411.734,79	438.239,79
Contas a Receber - Convênios	4.677.326,00	4.236.896,34
Total	5.089.060,79	4.675.136,13

Os saldos a receber do SUS representam valores a receber do Governo Federal por serviços prestados segundo as normas estabelecidas pelo Convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS) do Ministério da Saúde.

NOTA 6. ESTOQUES

Os estoques estão pelo custo medio, não superior ao valor das notas fiscais e estão compostos como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Material Hospitalar/Fios	193.389,13	218.785,52
Medicamentos	147.992,41	150.597,04
Rouparia	36.090,94	-

Rua Antônia Valverde Cruaães, 70 - Fone PABX (19) 3446-7700- Limeira- SP
E-mail: humanitaria@humanitaria.com.br



Almoxarifado	35.336,00	36.202,11
Gêneros Alimentícios	1.117,62	4.535,85
Material de Limpeza	14.230,02	16.189,15
Total	428.156,12	426.309,67

NOTA 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Processo INSS – 352352124	44.416,12	44.416,12
Total	44.416,12	44.416,12

NOTA 8. DEMAIS CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

O saldo dos demais créditos de curto prazo no valor de R\$ 3.320,37 são basicamente relacionados a aluguéis a receber dos imóveis locados.

NOTA 9. IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

O Ativo Imobilizado está demonstrado com base no valor original de custo. As depreciações dos bens do ativo imobilizado estão calculadas e contabilizadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: imóveis de 4% ao ano; móveis, utensílios, veículos e equipamentos: 10% ao ano; sistemas de processamento de dados: 20% ao ano.

Em fevereiro de 2002, com base em laudo de reavaliação emitido por perito avaliador independente, houve reavaliação nas edificações da entidade em R\$ 6.921.440 crédito de reserva específica no Patrimônio Líquido. Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 a Entidade decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação efetuada em 2002, onde está sendo realizado de acordo com a depreciação.

Durante o exercício de 2025 a Entidade teve as seguintes operações significativas:

- a) Dação em pagamento do prédio localizado na Rua Sete de Setembro, nº 932, centro, cidade de Limeira, matrícula nº 40.654 do CRI, cujo objetivo foi para fins de quitação de saldo junto a Associação Padre Pio, deliberado através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária;
- b) Alienação dos lotes de terrenos nº 03 e 04 devidamente registrados nas matrículas nº 48.844 e 48.845 no 2º CRI de Limeira, cujo objetivo foi para fins de amortização parcial de acordo junto ao Banco do Brasil processo nº 0000096.51.1988.8.26.0320, quitação de saldo junto a Associação Padre Pio, deliberado através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária.




CUSTO	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
EDÍFÍCIOS E TERRENOS	10.933.183	-	(707.145)	10.226.038
INSTALAÇÕES	137.438	-	-	137.438
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	9.482.217	273.369	-	9.755.587
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	381.302	7.821	-	389.122
MÓVEIS, UTENSÍLIOS E INSTALAÇÕES	1.025.927	17.529	-	1.043.455
VEÍCULOS	237.680	-	-	237.680
DEMAIS BENS IMOBILIZADOS	320.536	334.690	-	655.226
TOTAL	22.518.283	633.408	(707.145)	22.444.546

DEPRECIACÃO ACUMULADA	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
EDÍFÍCIOS E TERRENOS	(5.854.076)	(430.198)	327.932	(5.956.343)
INSTALAÇÕES	(135.880)	(765)	-	(136.645)
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	(6.187.828)	(731.321)	-	(6.919.149)
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	(317.469)	(19.055)	-	(336.524)
MÓVEIS, UTENSÍLIOS E INSTALAÇÕES	(798.647)	(33.129)	-	(831.776)
VEÍCULOS	(237.680)	-	-	(237.680)
TOTAL	(13.531.580)	(1.214.468)	327.932	(14.418.116)

TOTAL LÍQUIDO	8.986.703			8.026.430
----------------------	------------------	--	--	------------------

NOTA 10. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUIDAS

A isenção das contribuições sociais e previdenciária usufruída pela Entidade em virtude da filantropia.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Cota Patronal (INSS+SAT+Terceiros)	5.551.256,76	4.991.398,85
Isenção CSLL	6.530,04	-
Isenção Cofins	1.621.198,22	1.471.033,36
Total	7.178.985,02	6.462.432,21

NOTA 11. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

As obrigações trabalhistas são referentes a salários, provisões de férias, saldos de decimo terceiro e férias a pagar e demais benefícios a seguir demonstrados:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Salários a pagar	1.299.378,93	972.101,64
Férias a pagar	80.346,47	63.459,89
Pensão alimentícia	2.098,27	1.030,82
Rescisões a pagar	17.058,58	3.169,65
Provisão Férias	2.592.861,44	2.233.635,34
Crédito Consignado a pagar	98.522,84	-
Processos Trabalhistas a pagar	11.660,44	63.283,00
Total	4.101.926,97	3.336.680,34

NOTA 12. PROVISÃO DE EVENTOS/SINISTROS A LIQUIDAR PARA O SUS

Existem processos de cobrança perante a Agência Nacional de Saúde (ANS) referente ao Ressarcimento ao SUS no montante de R\$ 1.129.935,27 (2024 – R\$ 1.074.017,12) o qual já se encontra devidamente contabilizado e classificadas da seguinte forma:

RESSARCIMENTO - SUS	<u>2025</u>	<u>2024</u>
%h x ABI	169,56	169,56
Débitos Pendentes	1.129.765,71	1.073.847,56
Total	1.129.935,27	1.074.017,12

NOTA 13. CONTAS A PAGAR

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prestadores de Serviços	2.502.642,45	2.125.726,54
Fornecedores	1.614.609,11	991.827,60
Acordo Banco do Brasil	3.860.986,35	-
Associação Padre Pio	288.522,06	6.119.475,03
Outros Débitos a Pagar	476.238,46	628.077,26
Total	8.742.998,43	9.865.106,43

NOTA 14. TRIBUTOS, CONTRIBUIÇÕES, RETENÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER**a) Tributos a pagar:**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contribuição Previdenciária - INSS	1.041.368,97	360.505,40
Fundo de Garantia - FGTS	1.194.524,95	2.390.646,16
Contribuições Sindicais	106.250,84	72.638,13
Imposto de Renda Retido Fonte - IRRF	536.184,42	222.997,86
Contribuição Social Retida Fonte - CSRF	490.477,61	188.206,54
ISS Imposto sobre Serviços Terceiros	17.329,23	10.523,10
Total	3.386.136,02	3.245.517,19

b) Tributos Parcelados:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Tributos Parcelados - INSS	5.500.776,36	6.639.477,69
Tributos Parcelados - FGTS	2.573.508,04	379.970,55
Tributos Parcelados - IRRF/CSRF/Demais	5.743.340,60	7.276.149,29
Total	13.817.625,00	14.295.597,53

Tributos Parcelados - Curto Prazo	2.574.261,86	3.061.206,79
Tributos Parcelados - Longo Prazo	11.243.363,14	11.234.390,74
Total	13.817.625,00	14.295.597,53

NOTA 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos bancários são constituídos por valores tomados junto às Instituições Financeiras e estão reconhecidos pelos valores originais da dívida, deduzidos das respectivas amortizações até a data do balanço, conforme demonstração dos saldos de curto e longo prazo abaixo:

<u>Instituição</u>	<u>Término</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Santander – juros 0,95%	-	3.123.638,72	500.000,00
Caixa Econômica Federal - juros 1,138%	abr/27	1.477.998,88	2.586.498,04
Outros Empréstimos	-	-	32.486,65
(-) Juros s/ parcelas a vencer	-	(1.208.611,88)	(395.138,17)
Total		3.393.025,72	2.723.846,52

NOTA 16. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09, pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e pela Deliberação CVM nº 594/09. Tais valores decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal da Entidade e movidos por terceiros, mediante ações trabalhistas, cíveis e tributárias. Essas contingências foram avaliadas por nosso Departamento Jurídico e quantificadas por meio de critérios que permitiram a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

As contingências são classificadas da seguinte forma, tendo como base a derrota da Entidade: a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; b) possíveis, onde somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e c) remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

Todos os processos classificados como provável estão devidamente provisionados ou já foram realizados depósitos judiciais ou penhora em importe que alcança a totalidade do débito estimado.

Conforme informações de nossos advogados existem diversos processos judiciais, trabalhistas e cíveis cujo valor inicial perfaz o montante de R\$ 947.658,29 e estão classificadas da seguinte forma:

<u>Trabalhista/Cível</u>	<u>R\$</u>	<u>Provisão R\$</u>
Provável	138.000,00	138.000,00
Possível	809.658,29	-
Total	947.658,29	138.000,00



NOTA 17. PATRIMÔNIO SOCIAL

Patrimônio inicial, acrescido dos *Superávits* ou reduzido pelos *Déficits*, *Reservas* e ajustes ocorridos.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Patrimônio Social	661.260,75	661.260,75
Outras Reservas de Capital/Patrimoniais	245.903,20	245.903,20
Reserva de Reavaliação	2.793.700,51	3.064.558,15
<i>Superávits/Déficits</i> Acumulado	(26.005.776,35)	(26.349.189,94)
Total do Patrimônio Social	(22.304.911,89)	(22.377.467,84)

NOTA 18. RECEITAS

As Receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, notas fiscais e outros. Nessa apuração estão excluídas as inadimplências e os valores considerados incobráveis. Segue o demonstrativo:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
SUS	6.956.960,36	8.134.376,95
Receita com Convênios - Credenciados	3.186.819,84	2.814.927,93
Receita com Serviços - Particular e Pacotes	1.643.322,84	1.411.942,50
Prefeitura Municipal de Limeira	37.320.837,31	34.092.727,11
Governo do Estado de São Paulo	5.338.548,23	2.884.555,29
Governo Federal	1.202.181,92	1.340.002,49
Doações (Espécie/Material)	194.763,70	223.754,74
Outras Receitas Operacionais	342.305,50	356.741,65
Receitas Patrimoniais	7.710.808,49	776.162,79
Receitas Financeiras	862.570,14	29.075,24
	64.759.118,33	52.064.266,69

a) SUBVENÇÕES, CONVÊNIOS E AUXÍLIOS

Subvenções: São as transferências derivadas da lei orçamentária e concedidas por órgãos do setor público a entidades, públicas ou privadas, com o objetivo de cobrir despesas com a manutenção e o custeio destas assim como para investimentos ao patrimônio, caracterizadas ou não pela contraprestação de bens de serviço da beneficiária dos recursos.

Convênios: Acordos firmados entre organizações públicas ou entre estas e instituições privadas sem fins lucrativos para a realização de objetivos de mútuo interesse entre as partes.

Auxílios: Transferências de capital previstos em lei orçamentária ou especial, repassados a entidades de direito público ou privado sem fins lucrativos, independentemente de contraprestação direta de bens ou serviços.

A Entidade recebeu recursos do Poder Público para fazer face manutenção de suas atividades, bem como para ampliação de seus ativos, tendo sido o total recebido integralmente aplicado nas mesmas.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
P.M. LIMEIRA - OFTALMO/OTORRINO	1.173.086,37	630.292,83
P.M.LIMEIRA P.A AEROPORTO	5.527.805,61	5.436.584,23
P.M LIMEIRA P.A.CENTRO SAUDE - CRIANÇA	1.121.050,80	-
P.M.LIMEIRA P.A EXTERNO PH	4.834.142,67	4.856.776,53
P.M.LIMEIRA P.A HUMANITARIA	5.415.489,49	5.228.637,75
P.M.LIMEIRA P.A PSIQUIATRICO	2.003.602,40	1.931.534,28
P.M.LIMEIRA P.A TERMO ADITIVO GO/OBST	8.497.197,34	7.201.801,24
P.M.LIMEIRA P.A EXTERNO UPA ABILIO PEDRO	7.492.914,30	7.487.446,60
P.M.L LEITOS LONGA PERMANENCIA	1.255.548,33	1.319.653,65
Total	37.320.837,31	34.092.727,11

NOTA 19. DESPESAS

As despesas da Entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

NOTA 20. AJUSTE A VALOR PRESENTE

A Entidade não adotou a apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo relacionados às operações específicas de saúde suplementar. Nos demais elementos, desde que considerados pertinentes e relevantes pela Administração, a mensuração contábil a valor presente foi realizada.

NOTA 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros destinados a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e/ou taxa de juros, haja vista não possuir operações com essas características. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros apresentados nos balanços patrimoniais não difere substancialmente dos valores de mercado.

NOTA 22. PACIENTES ATENDIDOS E OUTROS

Segue demonstração da quantidade de pacientes atendidos em decorrência de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde – SUS.

Atendimento Ambulatorial	2025	%
- Total SUS	391.786	98,57
- Total não SUS	5.687	1,43
Total	397.473	100,00




Internações	2025	%
- Total SUS	2.964	72,17
- Total não SUS	1.143	27,83
Total	4.107	100,00

Em atendimento às disposições da Lei Complementar nº 187/2022 e com base nas informações estatísticas de atendimento durante o ano de 2025, o percentual de atendimento ao SUS-Total foi de 107,79 %.

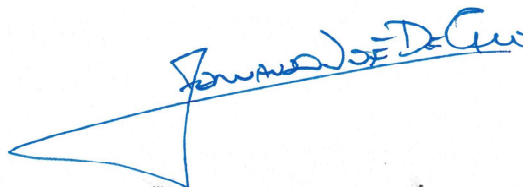
NOTA 23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não é de nosso conhecimento, até a presente data, qualquer evento subsequente que possa afetar de forma relevante a posição patrimonial e financeira da Entidade no próximo exercício.

Limeira, 31 de dezembro de 2025.



Cesar Luis Dermonde
Presidente
CPF.851.066.238-04



VISÃO ESCRITORIO CONTÁBIL SS LTDA
CNPJ: 09.559.292/0001-71
Fernando Jose De Carli
Contador CRC 1SP190414/O-7
CPF 185.215.378-40